

Museu de consciência x memória traumática - O Memorial da Resistência (São Paulo, Brasil)

Carlos Beltrão do Valle¹ Marília Xavier Cury²

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. PPGMS / UNIRIO
² Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Resumo: A ditadura de 1964 a 1985 é um período traumático da história recente do Brasil com sua memória marcada por silêncios e esquecimentos, como as graves violações aos direitos humanos cometidas pelo governo militar. Hoje começam a ser reconhecidos como patrimônios, os locais onde ocorreram essas violações - campus universitários, presídios, delegacias e valas para sepultamentos clandestinos. A pesquisa analisa como são musealizados esses lugares, reconhecendo, preservando e colocando em diálogo com a sociedade, vozes silenciadas durante décadas. O Memorial da Resistência é o primeiro centro de tortura da ditadura a se tornar um museu no Brasil e, apesar de ter sido inaugurado em 2009, já é um dos mais visitados da cidade de São Paulo, o que demonstra um interesse da sociedade pela memória do período. Quais são os atores e patrimônios envolvidos, o que comunicam, como são mediados e interpretados pelo público-visitante, em especial estudantes adolescentes, são as questões que serão discutidas.

Palavras-chaves: Ditadura Brasileira; Memória; Patrimônio; Museu de Consciência; Recepção em Museus

Abstract: *The dictatorship from 1964 to 1985 is one of the most traumatic periods of recent Brazilian history. Society's memory of this period is strongly marked by silences and forgotten events, like the serious violations of human rights committed by the military government. Condemned by the Inter-American Court of Human Rights of the Organization of American States in late 2010, in 2012 the Brazilian State will start to investigate the crimes of the dictatorship period by means of the Comissão da Verdade (Truth Commission), focusing on the enforced disappearance of the bodies of political prisoners. How they were killed, by whom, and where the corpses are are some of the questions to be answered for their families and the society. Today the places where the violations occurred have started to be recognized as a heritage – universities, prisons, police stations and ditches used as clandestine burials.*

This research analyses the procedures of patrimonialization and musealization of those places that recognize, preserve and put into dialogue with the society, voices silenced during decades. The Memorial da Resistência (Resistance Memorial), inaugurated in 2009, was the first torture and death center of the dictatorship to become a museum in Brazil and it's one of the most visited museums in the city of São Paulo, which reveals the preoccupations of the society concerning it's memory. We are interested in the management of the Museum and its educational procedures towards students: it's politics and performances, what kind of issues are addressed to them and how the students dialogue with that past inside the museum. Others social actors take part, as former political prisoners. What is gained from the Resistance Memorial, what their needs are, what kind of memory they want to build and how to connect that past with the future?

Keywords: *Brazilian dictatorship, Memory, Heritage, Museum of Conscience; Reception in Museums*

A ditadura de 1964-85 no Brasil e as graves violações aos direitos humanos.

Em 1º de abril de 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado, passando a viver sob uma ditadura até 1985, onde, “pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de 400 cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos”, segundo o III Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, lançado pelo governo brasileiro em 2009, e que instituiu, após mais de 25 de anos de silêncio desde o fim do regime, a criação de uma Comissão da Verdade, aprovada recentemente pelo Estado.

No entanto, essa Comissão não terá caráter jurisdicional e o grande entrave é a Lei 6.683, criada em 1979, ainda sob ditadura. Chamada “Lei da Anistia”, funcionou como uma auto-anistia, anistiando, além dos crimes políticos, os crimes contra a humanidade cometidos por agentes públicos. Essa lei, mantida até hoje, contraria tratados internacionais que consideram crimes como a tortura e o desaparecimento forçado de corpos, crimes de lesa-humanidade e imprescritíveis, como a III Convenção de Genebra de 1929 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948.

Enquanto os acontecimentos do passado não forem esclarecidos e publicizados, o trauma permanecerá na sociedade, sem garantias de que as violações nunca mais ocorram. Além da Lei da Anistia, o fechamento dos arquivos públicos contribuem para a tentativa de esquecimento da memória de um passado vergonhoso ou comprometedor.

Em 1992, o Brasil aderiu à Convenção Americana sobre Direitos Humanos – o chamado “Pacto de San José da Costa Rica”, de 1969. Assim é obrigado a zelar pelos direitos humanos e punir seus violadores. Em 1995, o Brasil criou a lei 9.140 que reconheceu a responsabilidade pela morte de opositores durante a ditadura e passou a indenizar familiares e perseguidos políticos.

Em 24 de novembro de 2010, o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados do Americanos – OEA no caso da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), que foi dizimada pelo Exército, que realizou pelo menos 70 desaparecimentos forçados, entre membros do Partido Comunista do Brasil – Pc do B - e camponeses da região. O Brasil tinha até o dia 24 de novembro deste ano (2011) – 1 ano - para cumprir a sentença integralmente, que cobra, entre outras medidas: a abertura dos arquivos, a punição dos envolvidos e a localização dos corpos.

Ao que tudo indica, o Brasil deverá ser condenado nos próximos dias pela OEA, pois a reparação promovida pelo Governo foi insuficiente, além da recém-criada Comissão da Verdade sem caráter jurisdicional, só atendeu quanto à reparação financeira. Entretanto, para a ONU, esta é apenas uma das formas obrigatórias de reparação. De acordo com a resolução que trata de Reparação por Dano Sofrido, nº 60/147, de 2005, cap. 10: “as vítimas de grave violações de leis internacionais humanitárias devem (...) receber total e efetiva reparação (...) que incluem as seguintes modalidades: restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não-repetição”.

Para Cecília Coimbra (2008), essa resolução busca garantir a não-repetição de tais violações e dentre as medidas necessárias: afirmações públicas, declarações oficiais e decisões judiciais que restaurem a dignidade dos atingidos, a reputação e os direitos dos atingidos e de seus familiares; publicização dos fatos e sanções judiciais e administrativas contra responsáveis; procura dos restos mortais dos desaparecidos e sepultamento.

A impunidade contribui para que as graves violações – como torturas e desaparecimentos forçados - continuem a ocorrer nos país, atualmente voltadas às populações pobres.

Os Lugares de Tortura e seu potencial pedagógico

Existiram centenas de centros de tortura e morte na ditadura brasileira de 1964-1985 (AQUINO, 2010). Esses Lugares de Tortura, são extremamente simbólicos, pois testemunham o sofrimento dos que foram presos, torturados e assassinados, ao passo que evidenciam os abusos cometidos pelos seus executores.

Os usos das memórias desses lugares variam ao longo do tempo, e embora, negligenciados durante décadas, começam a ser valorizados no presente enquanto patrimônios. Os Lugares de Tortura são “lugares refúgio, santuário(s) das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória (NORA, 1993)”.

A preservação e a musealização desses lugares podem colocar em diálogo no presente, as vozes silenciadas no passado, auxiliando a sociedade a conscientizar-se e prevenir-se de traumas semelhantes. Nesse sentido, o potencial pedagógico desses lugares se amplia, evidenciando que ações de violência e tortura em cárcere não podem ser praticadas, no passado, no presente e no futuro.

O museu é um meio eficaz de ativação dessas memórias na sociedade, capaz de trazer à tona vozes silenciadas, como a de mortos, desaparecidos ou torturados, e, indiretamente, daqueles que praticaram atos de tortura e violência. Buscando tornar o lugar histórico um objeto de construção de consciência, surgiram em diversos países, os Museus de Consciência, onde são reconhecidas a importância das resistentes e onde são denunciadas as violações aos direitos humanos, ajudando a atenuar o trauma e o silêncio produzido pela memória oficial no passado. Existem dezenas de museus de consciência em lugares históricos da ditadura de países da América Latina, como Argentina e Chile.

Eugênia Vilela (2000) propõe a nomeação dos lugares da barbárie, onde habita a lógica da devastação, pois do contrário, ao aceitarmos o indizível do intolerável, compactuamos com o silêncio dos carrascos e esvaziamos a história de homens:

A experiência limite é dizível, deve sê-lo. Ao dar nome dá-se existência. Dar sentidos através dos nomes aos acontecimentos sem memória é não dizer o outro, mas erguer a voz do outro, é construir linguagens de resistência. (...) A morte dos corpos tornou-se a errância das vozes. Por isso, é fundamental encontrar os corpos, dar-lhes visibilidade, e assim recuperar a luta enunciada em cada um desses corpos. Eles são testemunhas sem fala mas com voz. Neles, a memória afigura-se como a intranscendência do grito de dor. A recuperação da memória significa torná-los - a eles - sujeitos de história.

O Memorial da Resistência de São Paulo - a Musealização de um Lugar de Tortura

O belo e imponente edifício de 1914, de estilo neoclássico, com cerca de 8 mil m² de área, localizado no Largo General Osório, bairro da Luz, em São Paulo, foi projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo e abrigou inicialmente as instalações da Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1940 passou a servir como dependência do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, órgão de polícia política, até 1983, atravessando duas ditaduras e períodos democráticos.

Na ditadura de Vargas (1937-45), os alvos eram anarquistas, comunistas e mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, italianos, alemães e japoneses. Durante a ditadura de 1964-85, os comunistas. Embora muitas das vezes eram pretextos para a perseguição. Prisioneiros políticos ilustres, como os escritores Monteiro Lobato e Caio Prado Júnior, passaram pelo local na ditadura Vargas, enquanto Dilma Rousseff e Lula, atual presidente (2011-2014) e ex-presidente (2003-2010) do país, estiveram presos no local na última ditadura.

Durante a ditadura de 1964 a tortura foi intensificada e se profissionalizada, tornando-se uma política de Estado. o DEOPS/SP foi um dos mais terríveis centros de tortura e morte do país. Foi Chefiado, de 1966 até 1974, pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que tinha fama de ser um torturador dentre dos mais sádicos. Seus serviços de perseguição e interrogatórios foram requisitados pela polícia política pois já se destacava com o seu autodenominado Esquadrão da Morte, que já havia torturado e exterminado centenas de criminosos comuns, pobres, muitos dos quais sem antecedentes criminais (ARNS, 1985).

Com a extinção do DEOPS/SP, em 1983, o prédio passa a funcionar, até 1997, como Delegacia de Defesa do Consumidor – DECON. Em 1998, é transferido para a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, deixando de ser uma instituição policial após 47 anos, devido à pressão de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, organizações de direitos humanos e instâncias governamentais. O prédio fica abandonado até 1999, ano em que é tombado e são iniciadas as reformas e usos públicos, como a peça teatral Lembrar é Resistir, ambientada nas celas e a exposição Anistia 20 Anos - ritos de passagem para um Museu de Consciência no local. As reformas terminam em 2002 e, infelizmente, acabam descaracterizando o interior do edifício. Desaparecem quatro celas solitárias, duas coletivas e a carceragem. Desaparecem conseqüentemente as inscrições nas paredes feitas por presos políticos de duas gerações de ditadura. Sobraram

apenas um corredor de banho-de-sol e quatro celas, e ainda assim desfiguradas, sem os banheirinhos no fundo e com as paredes com as inscrições raspadas, como a de Monteiro Lobato, preso na primeira ditadura. paredes raspadas e pintadas. A destruição não ocorreu somente no térreo, onde eram localizadas as celas, mas também nos demais andares do prédio, onde funcionavam os escritórios e espaços simbólicos, como a sala da tortura e a sala do delegado Fleury.

Para o local foram especulados diversos usos durante o período de reformas (1999-2002): Escola de Teatro, de Música, e depois, Memorial do Cárcere e Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. O espaço acabou sendo se tornando, em 2004, a Estação Pinacoteca e, em 2009, no térreo, o Memorial da Resistência - ambas instituições vinculadas à Pinacoteca do Estado de São Paulo.

A Gestão da Pinacoteca do Estado de São Paulo

O Memorial da Resistência é o primeiro Lugar de Tortura da ditadura de 1964 a tornar um museu no Brasil, dando visibilidade para as memórias dos que sofreram no espaço, memórias que são vítimas de esquecimento e tratadas como tabu. A gestão do museu, que funciona somente no térreo do edifício, é realizada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, uma instituição historicamente voltada às artes, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura. Nos demais andares do edifício, do 2º ao 5º andar, funciona, desde 2004, a Estação Pinacoteca, um museu de artes, anexo da Pinacoteca do Estado.

O eixo central do projeto museológico, e que servem como base para a exposição de longa duração, são justamente as quatro celas e o corredor de banho-de-sol que permaneceram parcialmente. A reconstituição desses espaços foi assessorada por ex-presos, que também foram convidados para refazer inscrições em uma das celas com seus nomes, organizações que pertenceram do passado e, em vermelho, o nome dos ‘companheiros’ mortos. Das quatro celas, duas se destacam e causam forte impacto emocional. A cela 3, com as novas inscrições e onde foi realizada uma reconstituição do ambiente prisional, com a reinstalação do banheirinho e com a presença de objetos: colchonetes, escovas e pasta-de-dente, e toalhas; e a a cela 4, onde, através de fones de ouvido, é possível ouvir relatos de ex-presos sobre seu cotidiano nas celas.

As decisões relativas ao Memorial, como os patrimônios escolhidos – materiais e imateriais - e forma como são comunicados, cabem à Pinacoteca, entretanto tem se mostrado sensível às opiniões dos atingidos, em especial ao Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, que é uma entidade parceira do Memorial.

As atividades educativas são desenvolvidas pelo Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca, e são anteriores à visitação, tendo os estudantes adolescentes como seu público-alvo.

A Participação do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo

As atingidos são sujeitos constitutivos do Memorial. O Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo iniciaram sua participação, reivindicando a mudança do nome – inicialmente denominado Memorial da Liberdade –, atuaram na curadoria e forneceram os depoimentos expostos na cela 4. Atuam permanentemente através dos eventos Rodas de Conversa, onde conversam com visitantes, e Sábados Resistentes, onde provem debates sobre temas relacionados à ditadura.

O Fórum de Ex-Presos exigiu um olhar que privilegiasse a luta contra a ditadura e que não glorificasse a desgraça, não se fechando em torno da idéia de tortura e morte que o lugar carrega. Outra exigência foi que o Memorial não tivesse identificação com qualquer corrente política ou partidária, sobretudo por ser financiado pelo Estado, e ainda, que não se personalizasse, privilegiando o conjunto de pessoas ao invés de destacar indivíduos.

Apesar das premissas respeitadas e de exercer influência sobre as escolhas no Memorial, o Fórum gostaria de ter maior autonomia. Por exemplo, entre outras coisas, gostariam que todo o edifício fosse o Memorial da Resistência e de ter uma sala própria no museu.

As Interpretações sobre o Patrimônio Musealizado

O Memorial da Resistência é o nono museu do Estado mais visitado na cidade de São Paulo: de janeiro a outubro de 2011, foram 52.257 mil visitantes. Um público grande e com excelente aceitação, segundo o livro de visitas. Os visitantes elogiam o Memorial por tratar do tema e por mostrar as violações que muitos desconheciam, inclusive pessoas que viveram o período de ditadura.

As turmas de estudantes adolescentes costumam interagir nas visitas, ainda mais quando realizado um trabalho por professores em sala de aula, anterior à visita. Demonstram, em geral, maior interesse pelas exposições a cela 3, reconstituída e a cela 4, dos depoimentos. Na cela 3 ficam costumam ficar surpresos e agitados, procurando nomes conhecidos nas paredes, enquanto que na cela 4 ficam calmos, reflexivos e tristes, muitos até choram, após ouvirem os depoimentos sensibilizantes.

O Memorial da Resistência contribui para que a sociedade, em especial as novas gerações, tomem conhecimento de uma realidade esquecida, silenciada e apagada da memória oficial, como a história de pessoas que deram suas vidas para combater o terrorismo de Estado. Ao romper o silêncio, abre-se a possibilidade de enfrentar o trauma, de tentar ao menos atenuá-lo e impedir que retorne em um momento futuro.

Referencias Bibliográficas.

AQUINO, Rubens Santos Leão. Um tempo para não esquecer (1964-1985). Rio de Janeiro: Coletivo A, 2010.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil Nunca Mais. 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa nacional de Direitos Humanos (PnDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da república. Brasília, 2010.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças Coimbra. Reparação e memória. Cadernos AEL: Anistia e direitos humanos. IFCH/UNICAMP, v.13, n.24/25, Campinas, 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OEA - Organização dos Estados Americanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos, Sentença do processo - caso Gomes Lund e outros - “Guerrilha do Araguaia” vs. Brasil, 24 de novembro de 2011.

VILELA, Eugênia. Corpos Inabitáveis. Errância, filosofia e memória. Porto, Enrahonar, n. 31, 2000.

<http://www.sitesofconscience.org>

www.memoriaabierta.org.ar/redlatinoamericana